

*Isabel do Carmo**

Tenho um pacto implícito com um amigo francês que viveu ardentemente o Maio de 68 em Paris: nem ele fala do processo 25 de Abril em Portugal, nem eu falo sobre aqueles acontecimentos em França.

Isto significa que cada um dos respectivos terrenos constitui uma área preservada da memória, onde não nos apetece que entrem visitantes de fora, os quais, por muito que se lhes explique, continuam sem saber nada, porque não viveram os acontecimentos.

A memória de períodos intensos dificilmente pode ser decomposta em palavras e traduzível em racionalizações. Nela se acumulam os vários outros que nos rodeiam – políticos, sociais, culturais – e as nossas próprias vivências pessoais que acompanham a vivência do movimento. Há momentos intensos na História que temos o privilégio de viver, porque coincidem com um momento da nossa vida. O Maio de 68 em França durou «le temps, des cerises» como outros momentos revolucionários franceses anteriores. O nosso processo revolucionário do 25 de Abril também aconteceu na primavera, mas durou um pouco mais. Ainda tivemos ocasião de comer as cerejas do ano seguinte. E algum sabor nos ficou.

Este cuidado em não passear pelo terreno minado que é a memória dos outros tornou-se para mim particularmente vivo quando li a quase generalidade dos escritos de cronistas ou teóricos políticos estrangeiros, que vieram observar a «revolução dos cravos» numa espécie de turismo político – lúdico e que, do alto da sua sabedoria, escreveram páginas de descrições, algumas simplesmente falsas, outras superficiais, outras tendenciosas, fazendo profundas análises e muitas vezes dando conselhos, publicados em livros ou jornais. A maior parte das vezes de forma paternalista. A partir daí passei a desconfiar sistematicamente dos analistas políticos que do seu posto de observação, e com algumas rápidas incursões locais, falam da política dos países que no fundo eles consideram periféricos. Esta minha desconfiança estende-se aos mais conceituados meios de comunicação.

* Médica. Professora da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Mas também a respeito desse país central que é a França choveram as análises teóricas do fenómeno Maio de 68 nas quais eu não quero entrar. Tudo seria mais simples se, em vez de análises, surgissem simplesmente memórias. Se os protagonistas dessa época escrevessem sobre o que viveram e como viveram, com quem falaram e o que observaram, sem teorizar, ou reflectindo e distanciando-se das suas próprias teorias, deixar-nos-iam um legado mais importante.

Um bom exemplo dessa postura é a obra de Haubsbaum, «Tempos interessantes», testemunho modesto de quem viveu politicamente um século «interessante». Também ele passou pelo Maio de 68 e apenas nos diz o que viu e o que sentiu. Para fazer isto é necessário uma grande sabedoria.

É pois nessa perspectiva que é um prazer buscar na memória o que representou o Maio de 68 francês para os jovens portugueses que éramos, sem fazer interpretações políticas complexas sobre o fenómeno em si.

O país que éramos

Vivíamos neste país aquém dos Pirinéus, separados da França por esse enorme território que era a Espanha franquista, que era preciso atravessar para atingir aquilo que considerávamos a liberdade. Portugal dos anos sessenta era um país muito atrasado em relação à Europa das democracias. Tínhamos nessa altura quarenta por cento de analfabetos, uma mortalidade infantil elevada, centenas de mortes anuais por fome registadas nas certidões de óbito. Vivíamos em teocracia, com religião obrigatória, perseguições nas escolas aos não crentes, conversões forçadas para aceder a habitações sociais ou entrar para o Magistério Primário. Tínhamos uma postura social e cultural de grande cunho rural, obscurantista, sem informação nem formação científica, sem capacidade para considerar a diferença. Esta postura era bem simbolizada por esse ditador à altura desta sociedade – hipócrita, beato, atrasado, oculto, administrando as Finanças a contar pelos dedos, medíocre. Com este panorama social, a polícia política prendia e torturava o necessário para trazer o país oprimido. Pior do que a repressão exercida sobre os militantes era o clima de opressão exercido sobre toda a população, que tinha medo mesmo de pensar. Dizia-se de alguém que tinha «ideias» quando se suspeitava que era «contra a situação». E os mais afoitos, quando alguém os confrontava com o facto de não reagirem, atreviam-se a dizer «eu também cá tenho as minhas ideias». A maioria do pequeno tecido industrial era atrasada. A produção industrial e agrícola de má qualidade escoava os seus produtos para as colónias, compradores obrigatórios. Dessas colónias parasitava-se o possível e sobretudo as monoculturas que arruinaram as populações agrícolas africanas – o tabaco, o café, o cacau, o açúcar.

A inquietação dos anos sessenta

A inquietação, no entanto, tinha começado a varrer os anos sessenta. As revoltas em Angola e depois nas outras colónias desferiam aquilo que viria a ser o golpe mortal no regime, desencadeando a guerra colonial.

Foi a guerra colonial que esteve presente, embora não expressa, na revolta estudantil de Março de 1962 em Portugal, que se iniciou em Lisboa e se estendeu a Coimbra e ao Porto. Tivemos o Maio de 68 antecipado com outras desencadeantes e outro contexto. A seguir ao Março de 62 houve o Maio de 62, houve manifestações e repressão na rua e dessa vez já não foram só estudantes que lá estiveram.. E o movimento ressurgiu transformado na luta estudantil de Coimbra em 1969. Apesar do isolamento, os anos sessenta passaram por aqui. Tratava-se em Portugal essencialmente da luta pela liberdade e essa é uma força de revolta que faz mover montanhas na juventude. Mas era mais do que isso. Estava em causa o risco da mobilização para a guerra. Estava em causa a revolta contra o regime, de uma maneira informe, mesmo que não se previsse ou pretendesse derrubá-lo.

Em 1968 viviam-se momentos particulares em Portugal. Para ridículo de todos nós o «fantasma lusitano» tinha caído da cadeira abaixo e tinha sofrido um irremediável traumatismo craniano que pusera fora de combate o já mirrado cérebro. Recuperada a consciência julgou até ao fim que ainda era Presidente do Conselho e só para ele se produzia uma primeira página especial do *Diário de Notícias* em que ainda era primeiro protagonista. Um país de opereta em plenos anos sessenta na Europa. Tudo isto era triste e se nós conseguíamos rir e bem de toda esta fantochada é porque tínhamos a força vital dos vinte anos. Por isso também, quando actualmente reunimos os dos anos sessenta (e conseguimos juntar às centenas, os homens de cabelos esbranquiçados, as mulheres de cabelos pintados) é sempre com divertimento que recordamos aqueles tempos, mesmo que para alguns tenha representado prisão, interrogatórios violentos, expulsão da Universidade.

Estou, no entanto, a falar daquilo que era, nos anos sessenta, a juventude de elite no nosso país. Tratava-se da juventude universitária, pequeníssima minoria, num país onde todos os outros tinham pouca ou nenhuma escolaridade e estavam a trabalhar. Esta elite universitária provinha das classes média e alta. Só muito raramente os mais pobres conseguiam fazer um esforço para ter o filho na Universidade.

Paradoxalmente era esta juventude privilegiada que constituía o canal de entrada dos acontecimentos do mundo, das ideias que circulavam lá fora.

Quando ocorreu o Maio de 68 era já Marcello Caetano que estava na Presidência do Conselho. Alguns acreditaram na «Primavera marcelista» e sonharam táticas de adaptação à democracia. No entanto tudo ficou na mesma. A PIDE

passou a chamar-se Direcção Geral de Segurança mas manteve o mesmo procedimento. A censura ficou intacta e passou a chamar-se «exame prévio». A repressão não se alterou em nada. As eleições legislativas de Outubro de 1969 com a habitual falsificação e a presença e a desilusão da ala liberal (Sá Carneiro, Pinto Balsemão) na Assembleia Nacional vieram demonstrar que o regime era o mesmo.

Organizações políticas dos jovens

É neste ambiente que o Maio de 68 nos apanha. Um país com uma grande mancha atrasada, submissa, reverente e sobretudo temerosa. Uma intelectualidade sobressaltada. Uma juventude universitária irrequieta.

O Partido Comunista cresceu muito no sector universitário, mas também tinha sofrido reveses, com denúncias e eventuais infiltrações inesperadas. Outro fenómeno político tinha entretanto surgido. A cisão entre a URSS e a China no que dizia respeito à política internacional e às respectivas políticas internas deu lugar ao surgimento de movimentos pro-chineses nos países ocidentais.

O aparecimento das teses chinesas sobre o imperialismo e os seus «tigres de papel», surgiu aos olhos dos jovens revolucionários como uma esperança. Afinal os «tigres» eram apenas de papel e derrubáveis ... Não foram, bem pelo contrário. No voluntarismo das simplificadoras teses e do livrinho vermelho, alguns jovens viram a radicalização do possível. Nas críticas da China à URSS corporizaram todas as críticas que tinham acumulado em relação a esse país e aos partidos comunistas dos países ocidentais. Na pacifidade destes, nos seus velhos slogans de «lutas de massas» que afinal não se davam ou eram inoperantes, foi criticado e combatido o «reformismo» em nome duma China de bandeiras vermelhas desfraldadas ao vento. Afinal veio a verificar-se que o maomismo era um ultra-estalinismo populista e que a «revolução cultural» escondia um desastre económico e social. Mas deve fazer-se justiça aos jovens pro-chineses da época, que não viam nada disto e apenas seguiam o impulso revolucionário mais imediato. Em Portugal esta corrente teve a sua expressão na organização clandestina de grupos maoístas e pro-chineses. No resto da Europa idênticos grupos também se tinham formado e surgiram em França com organizações e protagonistas conhecidos durante o Maio de 68.

Aqui os grupos eram semelhantes, as discussões com os «reformistas» equivalentes, só que em Portugal tinham o ónus das prisões e das torturas e a terrível ocorrência de confrontos no seio da clandestinidade, com alguns aspectos pouco dignos da parte dos «reformistas» que não se importavam de facilitar a repressão sobre os «maos», que se transformavam em «maus». Algumas correntes trotskistas tinham também expressão em Portugal. No nosso país veio também a surgir uma mini-corrente «situacionista» (movimento com referência a Guy Debord) que traduziria «A sociedade do espectáculo» e que bebeu a sua inspiração em viagens a

Paris. Nos anos sessenta tinha ganho também grande importância um movimento alastrado dos chamados «católicos progressistas» que se organizaram contra o regime e contra a guerra colonial, rebelando-se contra a hierarquia católica. Foi também neste período que ganhou expressão a música, mais particularmente, a canção de protesto. Tivemos a sorte que ela se tivesse corporizado em pessoas como Zeca Afonso, Francisco Fanhais, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco, Manuel Freire.

Quanto à corrente de luta armada, ela percorreu sempre o interior da oposição ao regime e ganhou de novo importância nos anos sessenta. Curiosamente foi na primeira cisão maoísta (a FAP) que a questão surgiu organizada no movimento comunista. Mas o assalto ao navio Santa Maria, a criação da LUAR, o assalto ao quartel de Beja, foram expressões continuadas da necessidade do derrube pela força, que se veio a confirmar no 25 de Abril, mas que os comunistas «reformistas» apelidavam sucessivamente de «aventureirismo». No entanto era dentro do Partido Comunista que a questão da necessidade de acções armadas se punha continuamente embora contra a hierarquia. Sou disto testemunha, pois desde as eleições de Delgado e ao longo dos anos sessenta ouvi muitos dos meus amigos, tal como eu, colocarem dentro das organizações do partido comunista a necessidade da luta armada. A isto não era alheio, bem pelo contrário, o vento romântico vindo da América Latina, a que alguns chamavam «guerrilheirismo». No entanto este «guerrilheirismo» transformado veio a triunfar, pois daí nasceram as Brigadas Revolucionárias e a ARA, que levaram a cabo acções armadas continuadas, vindo a ser interrompidas as da segunda organização por posicionamento tático do PCP.

Enquanto que as organizações maoístas e trotskistas tinham em Portugal aspectos idênticos a congéneres francesas presentes no Maio de 68, estas organizações armadas portuguesas não tinham congéneres europeias, pois dirigiam-se contra o regime e sobretudo contra a guerra colonial. A corrente que deu origem às Brigadas Revolucionárias colocava uma forte posição anti-estalinista, que nunca surgiu tão claramente nos movimentos de acção armada europeus ocorridos no rescaldo de Maio de 68.

Como todos éramos poucos e como Portugal é familiar seria interessante fazer um organigrama de quem era quem e de onde veio, no actual panorama do poder político, da oposição e dos meios que protagonizam a actualidade. Um retrato de família, onde cada um poderia apontar e dizer «aqui este era eu quando aconteceu o Maio de 68».

Para além da política

Para além da expressão política do Poder e da sua ditadura, para além da Oposição organizada e da repressão sobre militantes e activistas, temos que observar como vivia esta sociedade há quarenta anos.

A pobreza, o analfabetismo, a escassez alimentar, constituíam o pano de fundo. Mas era também o país em que morriam 88 crianças em 1000 até ao primeiro ano de idade (eram os «anjinhos» nos seus caixõezinhos brancos) enquanto por exemplo em França morriam 26. Era o país onde morriam 54 mulheres em cada 100.000 partos de nados-vivos enquanto em França morriam 22. E esta proporção crescia em números num interior abandonado, sofrendo a migração para o estrangeiro ou para o litoral. Nesse interior dominava o aparelho do poder político – os regedores, os presidentes de Câmara nomeados, quase sempre ligados à polícia política, a GNR, os provedores das Misericórdias, quase sempre os padres. Era deste interior com este tecido social que partiam os emigrantes, que foram crescendo até um milhão na cidade de Paris.

A censura impedia a informação. Era prévia nos jornais, na rádio e na televisão. Exercia-se *a posteriori* nos livros, arruinando editores e livreiros e por isso funcionando de forma preventiva para os autores.

A moral imposta era a do horror ao sexo, da educação com separação de géneros, de encómio do papel da mulher como Esposa e Mãe. As Câmaras estabeleciam coimas para os pares que nos bancos de jardim pudessem beijar-se e tocar-se, mesmo mão na mão. Todavia, nos subterrâneos desta sociedade moralista, pululava a violação e o incesto nas classes pobres e a prostituição fina nas classes altas.

Nas escolas expurgavam-se os nossos escritores. Do Eça o que se lia era *A Ilustre Casa de Ramires*, de Camões retirava-se a «Ilha dos amores», o Pessoa ficava reduzido à veia nacionalista.

Como é que sobrevivemos como pessoas a tudo isto? A verdade é que ainda estamos a pagar a factura em toda a estrutura social, económica e cultural do país.

Um ano de boa colheita, o de 1968

O Maio de 68 em França, não pode ser separado do que se passou em Praga, na chamada Primavera. O partido Comunista da Checoslováquia rebelou-se contra o domínio da União Soviética. Essa rebelião incluiu a luta pela liberdade, a qual dizia respeito, tal como em Portugal, à luta contra a censura e a repressão e direito à liberdade de expressão. Curiosamente este movimento era liderado pelo Comité Central do Partido Comunista Checo e os rebeldes existiam no seu seio, tal como doze anos antes acontecera na Hungria. Para nós, comunistas portugueses, que vivíamos sobressaltados com os relatos de opressão que vinham de Leste, constituiu uma enorme esperança. Ali vivia-se uma possibilidade do socialismo se desenvolver em liberdade e da luta pela igualdade e pelos ideais comunistas ser compatível com uma sociedade livre. Como habitante dum país em ditadura, em que o Partido Comunista representava uma forma de resistência e

de sofrimento pela repressão, vivíamos entalados entre esta verdade e a verdade que cada vez nos chegava mais forte vinda dos países ditos «socialistas». Os meios de informação eram escassos, só em língua francesa ou castelhana (da América Latina) nos chegavam alguns livros.

Foi com enorme comoção que li o relato dos Processos de Moscovo de 1936, a biografia de Trotski de Isac Deutcher, a *Memória dum revolucionário* de Victor Serge, a *Orquestra vermelha* de Perrault, *Sorge o espião comunista*, todos de autores indubitavelmente comunistas, mas denunciando o estalinismo. Afinal o relatório de XX Congresso do Partido Comunista da URSS, que assinalava o triunfo de Krutchev, em 1956, tinha-nos aberto uma ponta de esperança.

Dizia-se nos meios clandestinos que militantes do Partido Comunista Português tinham assistido às sessões e que observaram os militantes regressados dos campos e reabilitados, a chorar de emoção. Mas a verdade é que o relatório chegou tarde, transmitido oralmente e minimizado «porque em Portugal o problema não existia» e «nem sequer havia culto da personalidade». Dez anos depois já nada destas desculpas nos satisfaziam e Praga foi mesmo primavera e foi mesmo esperança. Excepto para aqueles que eram mais papistas que o Papa, mais estalinistas que Moscovo e que consideravam Dubcek e as suas propostas meras traições «reformistas». Todavia os tanques russos vieram, ocuparam Praga, retivemos essas imagens de jovens checos, espantados, revoltados e reprimidos.

Perdeu-se uma grande oportunidade. Agora aí temos nesses países o triunfo do capitalismo selvagem, do consumismo, da regra do individualismo e da falta de ética.

Como soubemos então que tinha ocorrido o Maio de 68?

Da Primavera de Praga a comunicação portuguesa só deu a ocupação militar soviética e a repressão do movimento, enquadrando isto na luta anti-comunista. Nada se conhecia do que tinha representado no interior do movimento comunista. Por esse motivo, eu e um primo meu, o João Lobo, publicámos em livro os documentos do Partido Comunista checoslovaco e a posição (ambígua) de Cuba. Acabámos por ter um processo de lesão de direitos de autor, porque de facto tínhamos pirateado e traduzido textos de publicações francesas, sem sequer percebermos que devíamos respeitar normas, que desconhecíamos...

Quanto aos acontecimentos do Maio de 68 o que era noticiado na imprensa portuguesa referia-se a «motins» perigosos tratados abaixo de qualquer merecimento de análise. A agência oficial, a ANOP, formatava a informação. Mas nós sabíamos alguma coisa do que se passava em França. E tínhamos mesmo o arrojo de comentar tais acontecimentos em reuniões de amigos e mesas de café.

Nos comentários, a desinformação e o disparate eram livres... No entanto, não estávamos completamente bloqueados, aqueles poucos que furávamos o

arame farpado, os que mandavam e recebiam «notícias do bloqueio». O grande canal de comunicação era o comboio Sud-Expresso. Tal como hoje, saía de Lisboa e chegava a Paris, nessa altura à gare de Austerlitz e levava vinte e quatro horas. Tal como hoje também se mudava de comboio em Hendaye, porque as vias da península ibérica não têm a largura das francesas. Foi a grande via de saída para a emigração económica quando já possuía passaporte e não tinha que ir a salto. Não havia lugares marcados e as pessoas amontoavam-se aos magotes, famílias inteiras com cestos de comida e garrações de azeite, as malas de viagem entupindo os corredores. Em Vilar Formoso eram despejados em multidão no cais da estação enquanto os Pides da fronteira verificavam os passaportes e depois os redistribuíam nome a nome. Nós, os jovens que conseguíamos algum dinheiro e curiosidade quanto bastava, seguíamos por esta via e deparávamos muitas vezes pela primeira vez com esta população que era nossa desconhecida e perante a qual nos espantávamos. Afinal eram tão portugueses quanto nós, meninos mais ou menos asseados, que não exclamávamos palavrões perante qualquer contrariedade e que tínhamos a cabeça cheia de ideias.

Em Paris, estas duas populações separavam-se. A emigração económica miserável, que trabalhava sobretudo nos «travaux» (construção civil) e vivia nos bidonvilles, que conhecia pela primeira vez o que é que queria dizer as «vacanças», desconhecia a emigração política, o meio dos exilados e mesmo o meio dos desertores. Também desconheceu o que se passou durante o Maio de 68 e furou o mais possível as greves. Estavam «noutra» e nem sequer tinham consciência do seu papel. No entanto, o PC português tinha alguma organização na emigração e tentou penetrar nesse meio.

As primeiras vezes que fui a Paris, aquilo que fazia logo na gare de chegada era comprar a «Semaine de Paris» e procurar os filmes proibidos em Portugal, assinalá-los e programar a estadia em função disso. Julgo que era o que faziam muitos dos meus amigos. Depois íamos às livrarias e nadávamos nesse mar de livros, tentando chegar com eles a Portugal sem que fossem apreendidos na fronteira. Tinha destaque aí a «Joie de Lire» em pleno Quartier Latin, cheia de jovens, que passavam horas a ler. O proprietário veio a suicidar-se, sucumbindo à falência pelo grande volume de livros roubados. Contradições que a sociedade tece...

Conheci os estados-maiores dos exilados, os mais velhos no Café do Luxembourg que nos explicavam tudo sobre o que se passava em Portugal, a nós que tínhamos acabado de chegar e que talvez pudéssemos contar qualquer coisa... Foi assim que me explicaram tudo sobre os movimentos de estudantes portugueses, sem que eu conseguisse abrir a boca. Conheci a comunidade do café Old Navy, no Boulevard Saint Germain frequentado por futuros realizadores (António Pedro de Vasconcelos, João César Monteiro), onde se dizia que Natália Correia, nos seus tempos mais gloriosos, com calças à Sabrina, tinha interpelado Adamov. Frequentei esse Santuário que era o quarto da maravilhosa Maria Lamas, no

lendário Hotel Cujas, que já recebera outros revolucionários. E durante um mês dormi num quarto de mansarda estreitíssimo, que já fora do António José Saraiva e depois do Silas Cerqueira, que tinha por única janela uma fresta no tecto, que cuidadosamente abríamos e fechávamos com a ajuda de um cordel pendurado e que só descobrimos que afinal não tinha vidro no primeiro dia em que nevou e a neve atravessou «o vidro».

No entanto, esta emigração de exilados e desertores políticos não se misturava com a emigração económica. Ao que me contaram, quando ocorreram os acontecimentos de Maio de 68, a organização do PC na emigração começou por reagir ao movimento dos jovens com a desconfiança e os epítetos de «esquerdismo» habituais, mas depois organizou-se quanto pôde nas greves operárias e na rua.

Aqueles de entre nós que conseguiam fazer este trajecto do Sud-Expresso serviam de canal de transmissão de acontecimentos e ideias, de papéis e de livros escondidos de forma engenhosa e sempre com muito medo da fronteira. Assim soubemos dos acontecimentos de Maio de 68, dos seus protagonistas, das barricadas.

Muito do que nos chegou foram *clichés*, ideias esquemáticas, em muitos aspectos a superfície das coisas, as fotografias dos personagens e os jornais do momento, substituindo a vivência dos factos. Mas a verdade é que alguma coisa chegava.

Em Outubro de 1969 fui fazer um estágio de seis meses a Paris, tinha esperanças de ainda ver barricadas e de encontrar um ambiente de rebelião.

Mas afinal De Gaulle tinha posto o país na ordem e nos hospitais os estudantes de medicina e os médicos envolvidos no Maio de 68 estavam a sofrer as sequelas da batalha perdida. Nessa altura vivia-se em Portugal o entusiasmo das Comissões Democrática Eleitorais (CDE'S) uma organização para as eleições legislativas, que se revelariam idênticas às anteriores com sequestro de activistas, roubo de votos, repressão na rua.

Foi assim que mal cheguei a Paris participei num comício na Mutualité em nome das CDE'S para uma plateia que era sobretudo de emigrantes económicos. Com esse acontecimento e outros esperava-me a prisão no regresso a Portugal.

Que influência então é que houve?

Que influência então podia ter um movimento do qual pouco se sabia, que acontecia para além da imensa Espanha e que só nos chegava por fracos canais? Por estranho que pareça teve muita influência.

O ar da liberdade, mais do que isso, da libertação, infiltra-se por todo o lado. A rebelião da juventude contra a vida arrumadinha, sem rasgo e sem criatividade, espalhou-se por todo o mundo – na Alemanha, na Itália, nos EUA, na América

Latina. E porque não em Portugal? A revolta dos estudantes de Coimbra em 1969, a organização de base das CDE'S, foram já uma consequência dos novos ventos internacionais. A juventude ganhava importância. O próprio questionamento da linha ortodoxa do PCP feita dentro e fora da organização clandestina bebia no que se passava «lá fora» essa capacidade de questionar tudo. Ou seja, os jovens, que já se rebelavam e organizavam contra a ditadura, aprendiam a pôr tudo em questão e mesmo as boas «verdades» a que se tinham agarrado durante anos. Isto era verdade para os jovens comunistas e era verdade para os jovens cristãos. E se era «proibido proibir» também era proibido aceitar pensamentos fechados sem perguntar porquê.

Em vários países do Mundo, o ensino nunca mais foi o mesmo, pois os alunos passaram a integrar as decisões e a questionar os programas. Sem que a conexão fosse feita, a verdade é que a partir de Maio de 68 as estruturas universitárias passaram a incluir alunos ao nível da decisão e as associações e federações internacionais ganharam muito mais peso. Em Portugal pouco mudou, mas alguma coisa foi sentida como necessidade. Houve simultaneamente a reforma de Veiga Simão e os «Gorilas» de Veiga Simão, seguranças que punham os estudantes na ordem.

Também ao nível dos costumes os países mudaram e o nosso também. Quando em 1970, depois do estágio, voltei para Portugal havia um cartaz com uma frase dum aluno de Maria Rosa Colaço que dizia «o amor é um pássaro verde num campo azul no alto da madrugada» e uma imagem que sugeria amor. Falar de amor físico em Portugal! Mesmo com metáforas poéticas, tinha o sabor duma janela que se abria. Nessa altura fui à serra da Estrela e vi uma jovem local a ler um livro do Freud. Ninguém hoje pode perceber o que isto significava de mudança. Senti que o mundo estava de facto a mudar.

Nada ficou igual depois do Maio de 68. Mesmo em Portugal, um país que vivia então calafetado e blindado.